



OAB-DF aponta falhas em investigação de assassinato de ex-ministro

17/12/2010

O presidente da OAB do Distrito Federal, Francisco Caputo, e o advogado Rodrigo de Alencastro criticaram a condução das investigações do assassinato do ministro aposentado do Tribunal Superior Eleitoral José Guilherme Villela pela 1ª Delegacia Policial e pela Coordenação de Crimes contra a Vida (Corvida). Eles participaram de audiência pública sobre o assunto na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. A notícia é da *Agência Câmara*.

Caputo e Alencastro consideraram "gravíssimas" as informações de que as roupas que as vítimas usavam no momento do crime foram queimadas pelo Instituto Médico Legal (IML) depois da perícia. Essa é apenas uma das muitas denúncias contra a conduta da polícia publicadas pela imprensa no decorrer das investigações.

O crime ocorreu em agosto de 2009, na quadra 113 Sul de Brasília. Villela foi morto a facadas junto com sua mulher, Maria Carvalho Villela, e a empregada Francisca Nascimento da Silva. Depois de uma investigação tumultuada (pela 1ª DP, depois por uma força-tarefa e ainda pela Coordenação de Crimes Contra a Vida-Corvida), três pessoas foram presas por uma outra delegacia, a 8ª DP, e confessaram a execução do crime.

Ainda assim, permanece a acusação do Ministério Público e de uma das três delegadas do caso contra a filha do casal, Adriana Villela. Ela é acusada de ser a mandante do crime por razões financeiras e poderá ser julgada pelo Tribunal do Júri. Rodrigo de Alencastro, defensor de Adriana Villela, disse que sua cliente sempre colaborou com as investigações, mas mesmo assim teria sido maltratada pela polícia. Ele também criticou a divulgação de informações sigilosas do inquérito.

As irregularidades

Francisco Caputo disse que, no âmbito da 1ª DP (delegada Martha Vargas), há indícios de prisão sem mandato, tortura e fraude processual. Destacou ainda que, na Corvida, há indícios de uso indevido de algemas, sumiço de provas e tentativa de alterar depoimentos. Segundo Caputo, a OAB teve dificuldade de contatar os três acusados do crime que estão presos.

A delegada Deborah Menezes, da 8ª DP, responsável pelas prisões que mudaram o rumo do processo, explicou que, ao apurar um caso que não era seu, apenas seguiu o dever de investigar informações que obteve. A delegada teria chegado aos criminosos (presos em Minas Gerais) depois de uma conversa ouvida por agentes de sua delegacia no presídio da Papuda, quando alguns presos teriam revelado a autoria do crime da 113 Sul. Alencastro disse que essa conversa era antiga, mas tinha sido ignorada pela Corvida.

Sobre especulação feita há alguns meses pela delegada Mabel, de que Adriana teria participado do crime, o advogado afirmou que o rastreamento do celular dela prova que Adriana não estava na 113 Sul no momento em que ele ocorreu. Já a polícia questiona o fato de o celular estar desligado naquela noite, pois isso não era comum.

O deputado Domingos Dutra (PT-MA), que propôs a audiência pública, defendeu o acompanhamento desse caso pelas comissões de Direitos Humanos e Minorias; e de Segurança Pública.

O secretário da Segurança Pública do Distrito Federal, João Monteiro Neto, o promotor Maurício Miranda e a delegada Mabel Correa não compareceram à audiência. Alguns amigos e parentes de Adriana Villela levaram com cartazes em seu apoio.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2010-dez-17/oab-df-aponta-falhas-policia-morte-ministro-aposentado/>